

CORREIO  
GRANDE CAMPINAS

CÂMARA MUNICIPAL DE AMERICANA



Projeto permite regularizar valores não declarados até 2025

Câmara aprova programa para regularizar débitos de ISS

A Câmara de Americana aprovou em primeira discussão, nesta terça-feira (25), o projeto de lei nº 90/2026, que cria um regime especial para incentivar a autorregularização de débitos do Imposto Sobre Serviços (ISS). A proposta permite regularizar valores não declarados até 31 de dezembro de 2025, antes do lançamento do débito. Para aderir, o imposto deverá ser apurado e pago até 31 de dezembro de 2026. O texto prevê remissão de juros e correção monetária e anistia das multas. O projeto cria acompanhamento pela Unidade de Tributação para identificar omissões de receita. A proposta recebeu 16 votos favoráveis, uma abstenção e teve uma ausência. Na sessão, também foram aprovados quatro projetos de lei, 23 requerimentos e cinco moções. Também foram acatados um veto do Executivo e 447 indicações.

Santa Bárbara prevê R\$ 1,12 bi em 2027

A Câmara de Santa Bárbara d'Oeste apresentou nesta terça-feira (25) a estimativa da LDO para 2027, com receita e despesa previstas em R\$ 1,123 bilhão. O valor inclui a Prefeitura e o DAE e supera os R\$ 1,069 bilhão estimados para 2026. Educação e Saúde aparecem entre as áreas com maiores previsões, com R\$ 273,8 milhões e R\$ 272 milhões. A audiência também foi acompanhada por ADIs, que cobraram informações sobre possível reenquadramento na carreira do magistério.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE



Proposta prevê R\$ 1,12 bilhão em receitas e despesas para 2027

Indaiatuba cria regras para ambulantes

A Câmara de Indaiatuba aprovou, em segunda e definitiva votação nesta segunda-feira (24), o projeto que regulamenta o comércio ambulante. A nova lei exige inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário e prevê que a licença permanente possa exigir comprovação de residência. Os vendedores deverão cumprir regras sobre horário, normas sanitárias e mobilidade urbana. Ambulantes já licenciados terão 90 dias para se adaptar às novas exigências. A licença poderá ser revogada em caso de descumprimento das regras.

Vinhedo abre consulta pública para a LOA

Vinhedo abriu consulta pública para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. Moradores podem enviar sugestões sobre ações, serviços, projetos e investimentos até 24 de setembro pelo site oficial. As propostas serão analisadas pelas secretarias e equipes técnicas. A LOA será apresentada em audiência pública on-line em 28 de setembro, às 19h, antes de seguir para a Câmara.

Alerta sobre golpes

Monte Mor alerta para anúncios falsos de leilões que usam o nome do município. A orientação é não realizar pagamentos, fornecer dados pessoais ou clicar em links. A população deve conferir as informações nos canais oficiais. Quem identificar um anúncio falso ou cair no golpe deve registrar um Boletim de Ocorrência e guardar prints.

arrecadação de alimentos

O Vinhedo Dance Festival 2026 arrecadou 95 quilos de alimentos nos dias 22 e 23 de agosto. A mobilização reuniu bailarinos, escolas de dança, professores, familiares e público. As doações foram entregues ao Fundo Social nesta terça-feira (25) e serão destinadas a famílias em vulnerabilidade acompanhadas pelo município.

Paulínia recebe FÉstival

Paulínia recebe neste sábado (29) o FÉstival – Difusão Cultural Cristã, no Parque Brasil 500. Com entrada grátis, o evento terá shows de Jottapê, Gabriel Guedes, Expressar Music e 3 Palavrinhas, além de atividades infantis recreativas. O trenzinho gratuito funcionará das 16h às 20h. A programação começa às 16h e segue até 21h.

Combate à pobreza

Sumaré discutiu nesta quarta-feira (26) ações de combate à pobreza e à insegurança alimentar. A reunião tratou do Programa Superação da Pobreza, que prevê acompanhamento de famílias vulneráveis, integração de serviços, capacitação, inclusão produtiva, geração de renda e fortalecimento da proteção social e atendimento.

Obras recapeiam 12 ruas

Indaiatuba concluiu o recapeamento de 12 ruas do Jardim Oliveira Camargo. Ao todo, foram 4,5 quilômetros de nova pavimentação, equivalente a 33,3 mil metros quadrados. As vias também receberam nova sinalização. A ação faz parte do Plano Municipal de Recapeamento e busca melhorar a mobilidade e as condições de tráfego.

Reforma fiscal em foco

O Parlamento da RMC se reúne nesta sexta-feira (28), em Holambra, para discutir os impactos da Reforma Tributária nos municípios. O encontro terá participação do secretário de Finanças de Campinas, Aurílio Caiado, que defende mudanças para preservar a autonomia municipal e a arrecadação das cidades de toda RMC.



Objetivo é ampliar a capacidade de investimentos nos próximos anos

Valinhos quer reparcelar suas dívidas com o INSS e a União

Saldo das obrigações está estimado atualmente em cerca de R\$ 365 mi

Da Redação

A Câmara Municipal de Valinhos aprovou por unanimidade, nesta terça-feira (25), os projetos de lei que autorizam a Prefeitura a aderir ao reparcelamento de dívidas previsto na Emenda Constitucional nº 136/2025. A proposta abrange débitos com o INSS, com o regime próprio de previdência dos servidores (Valiprev) e com a União, referentes a financiamentos da chamada “dívida do século”.

Segundo a Secretaria da Fazenda, o saldo das três obrigações, hoje estimado em R\$ 365 milhões, pode cair para cerca de R\$ 271 milhões, uma redução de aproximadamente R\$ 93 milhões. A prestação mensal total, atualmente em torno de R\$ 5,2 milhões, poderia recuar para cerca de R\$ 1 milhão.

A negociação com o INSS prevê queda do saldo de R\$ 117 milhões para R\$ 54 milhões, mediante entrada de 20% e desconto de juros e multas acumulados. Já o débito com o Valiprev, de R\$ 93,4 milhões, não tem redução no valor total: apenas o cronograma de pagamento é alongado, o que reduz a prestação mensal mas mantém a dívida praticamente intacta ao longo do tempo, sem desconto de

encargos.

No caso da “dívida do século”, de R\$ 154,9 milhões, a entrada de 20%, cerca de R\$ 31 milhões, poderá ser paga com imóveis sem uso público e créditos de difícil recebimento inscritos em dívida ativa do município, e não em dinheiro vivo, o que significa transferir à União ativos cujo valor de mercado real ainda não foi detalhado publicamente pela gestão.

A Prefeitura argumenta que a folga no caixa, estimada em R\$ 50 milhões por ano, poderá ser destinada a investimentos em saúde, educação, segurança e infraestrutura. Não há, até o momento, um plano detalhado e público de aplicação desses recursos, nem indicadores que permitam à população acompanhar se a economia gerada será de fato revertida em serviços.

A gestão destaca que o município encerrou 2025 com as contas em dia e possui as certidões exigidas para aderir ao programa federal, condição necessária para acessar as condições especiais da nova legislação. A secretária da Fazenda, Rebeca Leardine Qujada, afirmou que a redução das parcelas deve ampliar a capacidade de investimento da administração nos próximos anos.